

PROJETOS NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CURITIBA: UMA POLÍTICA DE SECUNDARIZAÇÃO DA ESPECIFICIDADE DO TRABALHO ESCOLAR

CARDOSO, Cristina – UFPR

GT-05: Estado e Política Educacional

INTRODUÇÃO

Este texto pretende apresentar resultados da pesquisa que teve por objetivo investigar a secundarização dos conteúdos do currículo escolar, resultantes de políticas públicas apresentadas na forma de projetos propostos para as escolas públicas.

O interesse pelo tema se colocou na medida em que, no cotidiano do trabalho da pesquisadora em uma das escolas da rede estadual pesquisada, apareciam regularmente propostas de projetos e outras tarefas a serem executadas e que nem sempre diziam respeito ao conteúdo curricular.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, percebeu-se que tais projetos são reflexos das políticas públicas de educação que têm substituído um planejamento sistemático para educação por “projetos de ação imediata”. Esses tipos de projetos são direcionados para problemas pontuais e emergenciais, mas também referem-se a questões de planejamento e administração da educação pública que têm inclusive suas ações organizadas na forma projetos. Percebeu-se também que muitos dos tais projetos desenvolvidos pela secretaria estadual de educação e pelo Ministério da Educação, têm uma parceria com o setor privado, com uma crescente presença de Organizações Não-Governamentais.

A disseminação de “projetos” na escola tem sido justificada pela crescente ênfase nas propostas de organização de currículo por projetos de trabalho ou de pesquisa, ou como outros autores chamam, o trabalho na escola por projetos. Tem ocorrido a divulgação de uma série de propostas tanto para o trabalho escolar como no âmbito da gestão de ensino, que utilizam o termo “projeto” dando legitimidade às atividades que assim se denominam e que ocorrem paralelamente ou no lugar daquelas vinculadas ao currículo.

Entretanto, como o termo “projeto” é usualmente aplicado a atividades de diversas naturezas, abre-se um leque de possibilidades de pesquisa impossível de ser esgotado nesse trabalho.

Utilizou-se de metodologia de pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas, para identificar, comparar e analisar os projetos propostos pelo Ministério da Educação e Cultura(MEC) e Secretária de Educação do Estado do Paraná(SEED) comparando suas proposições e possíveis impactos na gestão e organização escolar.

PROJETOS: CONCEITOS E ORIGEM.

Para que se possa entender melhor o que se denomina como projeto, faz-se necessária uma conceituação do termo, mesmo porque, tanto os proponentes de várias atividades e propostas diversas assim as intitulam¹.

De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra projeto é de origem latina “projectu” e literalmente significa “lançado para adiante”. Entre seus significados encontra-se “a idéia que se forma de executar ou realizar algo no futuro; pode significar também plano interno, desígnio ou empreendimento a ser realizado em um determinado esquema, esboço preparatório ou provisório de obra”.

Já, segundo o vocabulário técnico e crítico da Pedagogia e das ciências da Educação Projeto é descrito como:

No quadro dos métodos activos, este termo tem um significado preciso: é a concepção, a previsão dum processo segundo o qual o espírito deve desenvolver uma actividade verdadeira com vista a um fim preciso; esta actividade comporta dificuldades que a criança deve vencer, problemas que ela deve resolver, noções que deve compreender, definir, planos que deve elaborar.

1. a princípio, os projectos comportam essencialmente problemas materiais, coisas a fazer, a fabricar; em seguida tornam-se mais conceptuais.

2. O projeto é uma modalidade muito sistemática da pedagogia liberal e activa, nomeada em J.Dewey.

3. Na sua concepção e na sua elaboração, ele implica uma reflexão e uma ordenação metódica.

4. Na sua aplicação exige a intervenção do professor a fim de que o projecto possa servir para atingir os fins visados, para abrir desenvolvimentos ulteriores. (v. actividade, método) (1976, p. 317-318).

¹ Essa observação pretende explicar que nem todas as proposições postas de fora ou de dentro da escola são propriamente projetos. São assim chamados, porque, nas escolas, qualquer atividade que mereça mais atenção ou destaque é comumente chamada se projeto.

A ORIGEM NA ESCOLA NOVA

Pretende-se agora apresentar as possíveis origens da idéia de projetos que hoje está disseminada nas escolas e no ideário de muitos professores, além de levantar questões sobre sua pertinência no contexto das escolas pesquisadas.

Os autores do movimento da Escola Nova que pensam em uma educação “*globalizadora*”², como Decroly e Montessori, tentavam naquele momento histórico uma educação libertária, significativa e contextualizada, o que para aquela época era bastante transformador.

No Brasil as idéias de Decroly e Montessori, chegam de forma mais marcante, com um grupo de educadores conhecidos como Os Pioneiros da Educação Nova. Assim se dá no Brasil a disseminação do ideário da Escola Nova, que tinha como causa a luta em defesa da escola pública.

Esse movimento teve seu momento mais significativo nas décadas de 1920 e 1930, influenciando muito as teorias, práticas e políticas educacionais por todo o país nas décadas seguintes.

Tal proposta pedagógica que busca desenvolver alunos autônomos, por si só não é ruim. Para as crianças que tinham possibilidades de experiências intelectuais fora da escola era uma oportunidade de criar ou ampliar a autonomia, porém para os alunos que não tinham nenhum contato intelectual ou acadêmico fora da escola e nela tinham a única oportunidade de aprender os conteúdos e formas escolares, essa dificuldade tinha grandes chances de se aprofundar.

Uma possível explicação para a grande disseminação do ideário da Escola Nova como escola progressista é o fato de seus autores brasileiros terem sido importantes defensores da escola pública.

É esta visão da importância da inovação e de seu inerente sentido positivo quando se refere ao trabalho pedagógico que marca hoje o uso do termo projeto. Diante de uma escola com condições crescentemente precarizadas e, ao mesmo tempo, trabalhando com alunos marcados pelo crescimento da pobreza, é bem-vinda pela escola qualquer prática que venha nomeada, com um termo “projeto” denotado possibilidade de mudança.

² O termo globalizador é utilizado, naquele momento histórico para traduzir a idéia de profunda articulação entre os conteúdos escolares.

Isso não quer dizer que a escola justifique a adesão e proposição de projetos com base na explícita adesão à Escola Nova. Há grande diferença entre o caráter curricular que os projetos assumem nesta escola e o caráter pontual, fragmentado das atividades hoje denominadas “projetos” e que via de regra secundarizam o currículo.

O que, possivelmente, ficou da Escola Nova no ideário do professor é a conotação do projeto como algo positivo, renovador, capaz de solucionar os problemas da escola e de colocá-la em sintonia com a realidade. É esta marca da forma “projeto”, dissociada de seu conteúdo de origem que a Escola Nova deixou na atual cultura escolar brasileira.

O CURRÍCULO ORGANIZADO POR PROJETOS DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA ESPANHOLA.

Ao investigar a raiz mais recente dos projetos postos nas escolas atualmente, percebe-se que sua origem possivelmente está na reforma da escola espanhola. Nos anos 80, algumas escolas espanholas reformaram seus currículos, com o trabalho pedagógico organizado a partir de projetos.

Hernandez (1996 -1998) descreve em seus livros o caso de uma escola espanhola, que sob a sua orientação, reorganizou seu currículo e por conseqüência, seu trabalho a partir dessa perspectiva.

O trabalho por projetos organizado nessa escola tem, segundo seus autores, um modelo de aprendizagem significativa. Resumidamente, pode-se apontar entre as reflexões que os autores fazem ao longo da descrição do trabalho na escola utilizada, a importância da diversidade de temas, um quadro de profissionais fixos na escola, muito tempo para estudos e reflexões por parte dos professores, a presença e participação dos pais na escola e na vida escolar dos filhos e diversos materiais à disposição.

Dessa forma, o quadro que se desenha é que as condições materiais, de trabalho e de formação docente são determinantes para que se possa pensar em um trabalho pedagógico de qualidade. No contexto das escolas públicas brasileiras, uma proposta como essa que possivelmente tenha dado certo na realidade espanhola, pode ser desastrosa nesse país, uma vez que as condições apontadas pelos proponentes como indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho são exatamente as que não se encontram nas escolas pesquisadas. Entretanto, a experiência do currículo organizado

por projetos é ainda divulgada e recomendada para as escolas brasileiras, como se pode constatar a seguir, constituindo-se em elemento indutor de sua aceitação.

A DIVULGAÇÃO NO BRASIL: EXEMPLOS NA BIBLIOGRAFIA

A Pedagogia de Projetos no Brasil foi desenvolvida por autores como Nilbo Ribeiro Nogueira, mestre em psicopedagogia pela USP. A proposta preconizada por esse autor é o trabalho interdisciplinar para desenvolver as inteligências múltiplas.

O autor acredita que todos têm diferentes inteligências, ele descreve onze inteligências: lingüística, lógico-matemática, espacial, corporal cinestésica, musical, interpessoal, intrapessoal, naturalista, existencial, pictória e emocional.

Além do livro de Nogueira (2001), selecionaram-se duas bibliografias lançadas em 2006, a primeira intitulada “A Metodologia de Ensino por Projetos”, da autora Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol dos Santos, e a segunda “TRABALHANDO COM PROJETOS”: planejamento e gestão de projetos educacionais”, de Dácio G. Moura e Eduardo F. Barbosa. No primeiro livro, direcionado para o curso normal superior, a autora afirma fazer uma contextualização histórica das pedagogias tradicional, escolanovista e tecnicista, e apresenta o que ela chama de paradigmas emergentes. São esses a pedagogia holística, a pedagogia progressista e ensino por pesquisa. Após apresentar tais pressupostos, afirma ser necessário, a fim de encontrar a melhor forma de ensinar “(...) formar uma teia, uma rede contendo ensinamentos de cada um deles (...)” (Santos, 2006, p. 42)

A segunda destas publicações, é uma proposta de trabalho com projetos na escola direcionada para o ensino médio, e é uma adaptação das áreas de administração e engenharia. Para validar a utilização de tal proposta, os autores citam órgãos nacionais e internacionais que apóiam projetos para o desenvolvimento cultural, científico, educacional e econômico, como a UNESCO e o Banco Mundial.

Em nenhum momento dos três livros sobre projetos, os autores mencionaram em que medida as condições sociais e materiais dos alunos e da escola pública podem ou não influenciar no desenvolvimento do trabalho com projetos, ou como os projetos podem de fato contribuir para a apropriação do conhecimento e nem a que tipo de escola ou trabalho se destina.

Observam-se características de organização do trabalho escolar por projetos pedagógicos presentes tanto na época do movimento da Escola Nova como na reforma da escola espanhola nos anos oitenta e noventa e que tem tido alguns princípios e idéias importados para o Brasil- encontram alguns limites contextuais.

Nas condições sociais e educacionais brasileiras, a implementação de projetos nos quais se leva em consideração o desenvolvimento individual e a autonomia de cada aluno pode resultar em um impacto duvidoso, na medida em que existe uma desigualdade social de imensas proporções. Embora a condição social dos alunos não possa ser empecilho para que eles aprendam, tampouco pode ser ignorada; elas são reais e ignorá-las é um forte indício de conservadorismo e de manutenção da conjuntura vigente.

Tais desigualdades são condicionantes para a proposição do trabalho por projetos, porque não é possível supor uma real autonomia do aluno sem que esse tenha se apropriado de elementos culturais necessários para aprendizagem. Além dos elementos básicos necessários à aprendizagem e desenvolvimento da autonomia do aluno, a proposição do ensino por projetos - e não só ela - supõe condições no sistema de ensino e nas escolas que são muitas vezes inexistentes como a falta de material, a participação dos pais e a formação continuada dos docentes.

Além da inexistência de condições materiais para implantação das propostas anteriormente apresentadas, há de se levantar os riscos decorrentes da incorporação de uma série de argumentos apresentados pelos autores.

No Brasil, uma proposta de escola pública onde o currículo fosse organizado por projetos seria bastante prejudicada, pois, para que possam sobreviver, os professores da educação básica trabalham em várias escolas e disciplinas; seu vínculo com uma única instituição é difícil, a formação continuada é irregular. Tal afirmação pode ser constatada, com dados do INEP de 2004, sobre o perfil do professor no Brasil “81,3% dos professores são mulheres, sendo 55,1% casadas, e 51% trabalham de 21 a 40 h semanais” (Unesco 2004. P.44-49), sendo possível que acumulem um terceiro turno com as tarefas cotidianas de dona de casa, esposa e mãe. Como já foi dito, as condições necessárias para o trabalho com projetos são o oposto da realidade brasileira.

Pode-se afirmar que a escola não pode abrir mão da sua especificidade, da sua função; ela pode ser viva, interessante, interessada, mas não pode abrir mão de exercer o seu papel.

Portanto, duas preocupações centrais se põem ao pensar a organização do currículo escolar por projetos de trabalho no Brasil: uma é a possibilidade de diminuição dos conteúdos; a outra, a organização ficar entregue ao espontaneísmo.

A popularização dos projetos no cotidiano escolar, para além da origem pedagógica que introduz este tipo de prática, se faz pela proposição de projetos pela via do Estado (MEC e SEED), que se transforma não só em autor de muitos deles, mas também é estimulador e intermediário de projetos propostos por empresas e ONGs. É sobre esse tema a discussão a seguir.

Paralelo à implantação e ao desenvolvimento dos PCNS, surgiu no País a proposição da pedagogia de projetos que nada ou muito pouco tem a ver com a organização do currículo por projetos desenvolvido na Espanha, sobretudo se compararmos a desigualdade social nos dois países, como já foi apontado anteriormente.

Atualmente, os PCNS já não estão em discussão prioritária nas escolas. No entanto, a percepção é que os atuais projetos presentes nas políticas de educação, tanto pelo MEC como por outras instituições proponentes, têm sua raiz nos PCNS, mais especificamente nos temas transversais.

Os temas são os mesmos propostos nos PCNS, com a diferença de que alguns deles são desenvolvidos por empresas ou ONGS, como se pode constatar no quadro a seguir:

Tabela nº1 Quadro comparativo entre os títulos dos temas transversais e atuais projetos desenvolvidos ou apoiados pelo MEC.

TEMAS TRANSVERSAIS	PROJETOS PROPOSTOS	OBJETIVOS DESCRITOS PELO PROPONENTE
Ética	Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade	Esse projeto é necessário para “aprender a ser cidadão e cidadã [é] entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência; aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do País. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola. “
Meio ambiente	Projetos propostos por empresas (ex: projeto Agrinho e o da empresa Gerdau)	preservação ambiental
Pluralidade cultural	Diversidade cultural	Desenvolver ações voltadas para a avaliação do livro didático como eliminação de todas as formas de discriminação, com destaque para a pluralidade cultural; para a produção de materiais didáticos específicos; e para o apoio ao planejamento e ao fortalecimento da gestão e da ampliação da melhoria da rede física dos municípios que possuem áreas remanescentes de quilombos.
Saúde e Orientação sexual	Projeto saúde e prevenção nas escolas	É realizado em parceria entre Ministério da Saúde, Ministério da Educação, UNICEF e UNESCO. Ele articula governo e organizações da sociedade civil para a promoção de ações integradas entre saúde e educação.

FONTE: Quadro elaborado a partir dos dados coletados no site do MEC. (www.mec.gov.br)

Nunca é demais lembrar que, desde o início dos anos noventa, de forma mais evidente e efetiva, o Brasil é refém dos organismos financeiros internacionais e de sua

política econômica, pois é nessa década que tais organismos chancelam um plano único de ajuste das economias periféricas. Chama-se atenção que essa data coincide exatamente com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o que não significa necessariamente uma intencional ligação entre as duas coisas, mas fazem parte de um mesmo contexto econômico, daí algumas coincidências parecerem propositais. Entre elas a conclamação da escola para resolver ou atender emergências para quem a freqüenta, acarretando mais e mais tarefas para a escola desenvolver. Por exemplo: aplicação do flúor, distribuição de material, de agasalhos escolares, agendamento de exames médicos e testes de visão e audição para alunos da primeira série, além de projetos com pretensões pedagógicas. Tais ações não são inéditas, mas têm se tornado mais intensas, mais presentes e tomado mais tempo da escola.

Além deste paralelismo entre os temas transversais e os projetos propostos pelo MEC e existentes nas escolas, observamos que tem sido prática do Ministério o desenvolvimento de inúmeros projetos para enfrentamento de questões que não são pontuais nas escolas e que se configuram como questões estruturais e/ou de rotina. A idéia de um planejamento global da ação governamental é substituída por ações fragmentadas e focais.

Pode-se, portanto, levantar a possibilidade de que, no Brasil, a idéia da definição e implementação de políticas por meio de projetos vai se tornando paulatinamente um destaque. Assim como na escola os projetos vão ocupando o espaço do que deve ser a centralidade do trabalho, no plano das políticas públicas a proposição de uma política mais universal para o enfrentamento dos problemas e para implementação das propostas de educação vai sendo substituída também pelos projetos, ou seja, a mesma lógica de inversão que se observa na unidade escolar é na verdade uma âncora para as políticas de educação também traduzidas em projetos, levando a uma fragilização da política educacional.

No Estado do Paraná, a utilização de projetos é muito presente, como, por exemplo, seja para a efetivação de políticas educacionais ou de atividades pedagógicas, como se pode constatar na tabela 2.

Além dos projetos propostos e realizados pela SEED, existe também no site da entidade o registro de 271 trabalhos desenvolvidos nas escolas do Estado do Paraná,

sobre os mais diversos assuntos, desde como fazer uma horta até o estudo de personagens históricos locais.

Ou seja, percebe-se que a marcante presença de projetos nas escolas estaduais, são a tradução da forma tomada na condução das políticas de educação, nos diversos níveis governamentais.

Tabela- 2 Projetos e programas da Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

Projetos	Objetivos
Paraná digital	Instalação de computadores nas escolas.
FERA (Festival de Arte na Rede Estudantil)	Proporcionar o acesso e promover o aprofundamento do conhecimento artístico e cultural dos alunos, dos professores e dos demais segmentos da comunidade escolar.
Projeto Sesquicentenário do Paraná	Tem como um de seus objetivos contribuir para a valorização dos estudos do Paraná, por meio da realização de cursos, exposição e disponibilização de material didático aos professores que atuam nas escolas da rede pública estadual que ofertam o Ensino Fundamental e Médio. O referido projeto foi elaborado pela equipe pedagógica da área, da SEED, de História do Departamento de Ensino Fundamental, em março de 2003, com o término de sua implementação previsto para o final de 2004.
Educação Com Ciência	Objetivos contribuir para a valorização dos estudos do Paraná, por meio da realização de cursos, exposição e disponibilização de material didático aos professores que atuam nas escolas da rede pública estadual que ofertam o Ensino Fundamental e Médio. O referido projeto foi elaborado pela equipe pedagógica da área de História do Departamento de Ensino Fundamental em março de 2003, com o término de sua implementação previsto para o final de 2004.
Fórum das Águas	O fórum das águas objetiva que o jovem e a comunidade escolar reflitam e identifiquem-se como parte integrante da natureza, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para sua atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente.
Projeto Folhas	Formação continuada para docentes
PDE-Projeto de desenvolvimento educacional	Para formação continuada de professores. O assunto desenvolvido no projeto durante o curso deve ser propagado por todo estado.

Fonte: [www. Dia-a-dia educacao. gov.br](http://www.Dia-a-dia.educacao.gov.br) visitado em 23/10/2006

ESFERA PRIVADA E PROJETOS: AS ONGS E AS EMPRESAS NA PROPOSIÇÃO DE PROJETOS PARA ESCOLA

Em entrevistas com pedagogos da rede estadual de ensino foi possível perceber a presença de projetos propostos por ONGs, como o Leituras Compartilhadas, Ler e Pensar, entre outros. Para que se possa entender o papel delas na sociedade atual, mais especificamente na escola, é necessário primeiro uma rápida contextualização histórica³, que pode ser encontrada em Montaña (2003).

A Constituição de 1988 garante alguns dos direitos característicos do Estado de bem estar social, como saúde pública, educação gratuita, enfim, subsídios do Estado para o bem estar do trabalhador. Tal modelo de Estado nunca existiu totalmente no Brasil. O que se viu por aqui foi apenas um pouco dos direitos trabalhistas na época do Getúlio Vargas.

Ocorre que no momento histórico em que o Brasil elaborava sua nova constituição, no resto do mundo os princípios do Estado de Bem Estar Social eram substituídos pelos do neoliberalismo, onde o Estado é mínimo no que se refere às políticas sociais. Como a Constituição de 88 era, na visão dos adeptos do neoliberalismo, tardia, com medidas provisórias tem se garantido o cumprimento do Acordo de Washington⁴.

Os princípios acordados nessa reunião foram cumpridos no Brasil ao longo do Governo de Fernando Henrique Cardoso com medidas provisórias e argumentos ideológicos, afirmando que o Estado é burocrático, ineficiente, corrupto e inoperante, por isso ele precisa ser enxuto e dessa forma foi se desmontando o Estado, demonstrando o quanto a Reforma para que ele seja mínimo é necessária. As reformas propostas eram basicamente administrativas: a reconstituição da poupança pública, a reforma da previdência e a reforma política.

Em o Terceiro Setor e a Questão social, Montaña (2003, p. 41) analisa que as reformas propostas significam: eliminar a estabilidade funcional e o regime jurídico

³ Para análise das ONGs, tomou-se como referência MONTAÑO no livro “Terceiro Setor e Questão Social”.

⁴ Encontro convocado, em 1989, pelo Institute for Interational Economics, sob o título “*Latin American Adjustment: How Much Hás Happened?*”. O objetivo era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal de “Consenso de Washington”.

único, alterar planos e salários, regras de concurso público, congelamentos de salários, o que conseqüentemente reduz o número de funcionários públicos e aumenta o emprego precário.

Aos poucos, segundo esta lógica, a responsabilidade do Estado vai sendo minimizada pela indução de que o setor privado vá assumindo espontaneamente as tarefas que eram do Estado, utilizando-se para isto de três mecanismos: a descentralização, a organização social e as parcerias.

É neste contexto que surgem as ONGs, o voluntariado, as empresas voluntárias e com responsabilidade social, ou seja, o terceiro setor. Os pressupostos utilizados pelo terceiro setor são: auto-ajuda, ajuda mútua, solidariedade empresarial e organização cidadã. Tudo isso referendado pelos intelectuais orgânicos do capital que fazem uma divisão da sociedade em esferas: o primeiro setor, o Estado; o segundo setor, mercado; e o terceiro setor, a sociedade civil.

O terceiro setor acena com as promessas de reforçar a sociedade civil criando cidadãos participativos⁵, diminuir o poder estatal, o que supostamente estimularia os laços de solidariedade local e voluntária, compensando as políticas sociais abandonadas pelo Estado⁶. Concluindo, Montaña (2003, p. 88) aponta quatro problemas principais no que se refere ao terceiro setor: o primeiro é considerar a sociedade civil só como sendo apenas a população, o segundo é ligar a prática à filantropia, o terceiro deixar de lado as lutas não orgânicas ao capital, e o quarto, o conceito de ONG, [bastante confuso e de caráter não governamental]. Tal projeto de sociedade é submetido dentro de uma ordem naturalizada e perpetuada do capital: é a ideologia do possibilismo, onde cada um faz a sua parte. Desta maneira, cada vez mais vivemos a fase da desmobilização, resignando-nos diante do natural irreversível e inexorável e do pensamento único, segundo o qual só o possível é razoável.

As ONGs com sua postura apolítica e seu enfoque de auto-ajuda, despolitizam e desmobilizam a população, num contexto em que cada vez mais o Poder Executivo brasileiro tende a estar atrelado ao poder dos organismos internacionais.

⁵ Participação aqui quer dizer trabalho voluntário e preferencialmente acrítico.

⁶ Esta é uma classificação reducionista como se a sociedade civil não fosse constituída também pelo Estado, ou pelo próprio mercado. “O que se pretende aqui é defender a “sociedade civil” como instância reguladora, no lugar do Estado.”(MONTAÑO, 2003, p. 88)

Assim a saúde, assistência, previdência são cada vez mais tratadas como filantropia mercantil. Este é um processo que cumpre uma função ideológica, subsidiado por meio de fundos públicos chamados de “parceria”.

O Estado tem concordado em pagar às ONGs, entre outros motivos, possivelmente por que é mais barato, pois sendo o serviço de qualidade duvidosa, o usuário, pensando ser atendimento de caridade, não reclama, mas quem continua financiando as ONGs são os impostos dos cidadãos. Se, de um lado, o Estado paga para que algumas ONGs atendam a população, por outro oferece a elas crédito fácil, isenção fiscal, facilidades legais e destina-lhes financiamentos materiais e humanos.

Isso posto, talvez explique porque a Petrobrás, iniciou o Projeto Leituras Compartilhadas como uma iniciativa da Empresa e depois transformou esse seu setor em ONG.

A proposição de projetos, entretanto, não é feita apenas por ONGs mas por diferentes empresas. A temática preponderante dos projetos oferecidos por elas é sobre meio ambiente. Tal preferência não é de se estranhar, pois a certificação ISO 14000⁷ só é entregue às empresas que têm programas de preservação ambiental.

Um dos possíveis motivos para existência das ONGs e empresas com projetos nas escolas é político e ideológico, pois retira e esvazia a dimensão da universalidade do sujeito em relação a sua atuação na sociedade. Tal perspectiva leva o aluno a aprender a agir e pensar de forma fragmentada no sentido de agir imediatamente e pontualmente, deixando de ser sujeito e passando a fazer parte de um contexto sem história.

A atuação das ONGs nas escolas, e em outros setores públicos é recomendação do Banco Mundial para educação conforme consta no documento do banco, de 1995, intitulado “*Prioridades y Estratégias para La Educacion*”:

“En el contexto de la diversificación del suministro de educación, el Gobierno de Bangladesh ha reconocido el papel que las ONG pueden

⁷ Tal como as normas ISO 9000, as normas ISO 14000 também facultam a implementação prática de seus critérios. Entretanto, devem refletir o pretendido no contexto de Planificação Ambiental, que inclui planos dirigidos a tomadas de decisões que favoreçam a prevenção ou mitigação de impactos ambientais de caráter compartimental e intercompartimental, tais como, contaminações de solo, água, ar, flora e fauna, além de processos escolhidos como significativos no contexto ambiental. Informação retirada do site www.cnpma.embrapa.br/projetos/prod_int/iso14000.html, consultado em 12/01/2007.

desempehar como complemento de sus esfuerzos para ampliar el acceso y mejorar la calidad de La educacion de los niños. Las ONG sedesmpañan ya una función a nível nacional em Bangladessh em los programas de salud y población.”(1995.p.100)

Ainda que a recomendação acima não seja especificamente para o Brasil, as recomendações do Banco Mundial não diversificam muito quanto se trata de recomendações para os países do terceiro mundo.

Neste contexto, as ONGs cumprem, junto com outras instituições, a função ideológica de não explicitação das condições econômicas e sociais estruturais da miséria e da concentração da riqueza. Dessa forma, pode-se afirmar que a ideologia propagada através da idéia de voluntariado, de projetos focais de combate à pobreza, de responsabilidade social, é uma grande aliada para perpetuação do capitalismo, uma vez que não se trata de mexer nas suas estruturas, mas quando muito nos seus efeitos.

Por isso, quando se fala em projetos tanto para desenvolver um tema na parte do currículo ou quando se pretende trabalhar o currículo de projetos, há de se ter o cuidado de não enveredar pelo caminho que serve ao capital, seja pela via de ONGs, seja para comprar uma aula pronta nas bancas de revistas, criando assim uma espécie de “pedagogia de projetos das migalhas”.

MERCADO E PROJETOS: A VULGARIZAÇÃO DA “PEDAGOGIA DE PROJETOS” NAS BANCAS DE REVISTA

Os projetos se tornaram tão populares que hoje é possível encontrar diversas formas de divulgação, inclusive coleções de qualidade questionável dirigidas para professores de educação infantil e de 1ª à 4ª séries. Comercializadas nas próprias escolas por vendedores ambulantes, são uma coletânea de modelos que orientam o trabalho com projetos. Trata-se de uma divulgação vulgarizada da idéia de projetos realizada pela venda de coleções nas escolas e por revistas sobre o assunto vendidas em papelarias e bancas de jornal. Desta forma, a pulverização dos conteúdos escolares através do que se pretende constituir-se num método pedagógico extrapola o âmbito da produção acadêmica, das orientações governamentais e da iniciativa das empresas e ONGs, inserindo-se na dinâmica do mercado.

Ao entrar em uma banca de revistas é possível encontrar mais de duas dúzias de publicações voltadas para educação, e não se trata de revistas acadêmicas com resultados de investigação na área. São revistas que quando pretendem discutir algum assunto (vida e a obra de grandes educadores, por exemplo), fazem-no geralmente de forma muito superficial e descontextualizada.

Entre essas revistas, foi-nos possível contar cinco publicações mensais e bimestrais exclusivamente relacionadas a trabalho com projetos, que descrevem passo a passo como trabalhar determinado assunto. O estilo é: “ *siga o modelo*”, inclusive com molde de material e/ou receita de como confeccioná-los. Provavelmente os preços dessas publicações são outro fator de atração e que garante que sua venda seja bem sucedida.

Os temas dos projetos propostos nessas revistas são as datas comemorativas como dias dos pais, das mães, festa junina, dia do trabalho e todas as outras que se conhece. Outra temática sempre contemplada nessas revistas é o meio ambiente, por meio de muitas experiências que têm começo e fim em si mesmas.

Não foram encontrados em nenhuma publicação os fundamentos científicos e teóricos necessários para que o professor desenvolva os assuntos propostos de forma profunda, e que desvele o senso comum.

Trata-se na verdade de comprar na banca de revista o planejamento do professor, e um manual de como dar a aula e confeccionar material. Ocorre que muito dos materiais sugeridos para as aulas de preservação ambiental, por exemplo, além de caros e raros em escolas públicas são de difícil reciclagem, ou seja, trazem sérios prejuízos ao meio ambiente. No entanto, essa oferta, segundo declaração de uma professora entrevistada, “garante algumas idéias práticas de confecção de materiais, para uma aula mais interessante” (informação verbal).

Tanto o ensino por projetos na perspectiva da Escola Nova como o currículo organizado por projetos de trabalho no modelo atualmente desenvolvido em algumas experiências espanholas (discutidas anteriormente neste trabalho) nos apresentam algumas positivities e pontos que ensejam reflexão, tais como: a superação de um currículo fragmentado e o envolvimento do aluno em um trabalho mais articulado ao seu universo cultural. No entanto, no Brasil, como já vimos anteriormente nas proposições de NOGUEIRA SANTOS e MOURA BARBOSA(2006), tal teoria poderia

aprofundar as desigualdades educativas que se constituem, na verdade, em desigualdades sociais.

Se considerarmos a forma como a atual versão da “pedagogia de projetos” tem se mostrado, a cada nova retomada, na literatura e nas práticas das entidades propositoras e das escolas, observamos um empobrecimento e uma precarização crescente; quanto mais esta suposta pedagogia chega ao chão da escola, distancia-se radicalmente da idéia de projetos tal como originada na Escola Nova.

O problema se agrava ainda mais na medida em que a proposição de projetos dá uma roupagem de qualidade para o que não tem qualidade, porque essas teorias refeitas do método surgido na Escola Nova são, quando muito, uma improvisação na escola, criando uma falsa idéia de totalidade quando na verdade fragmentam o trabalho pedagógico, subtraindo da escola o conhecimento científico.

Falando de outra forma, se os centros de interesse da Escola Nova pretendiam a profunda integração entre os conteúdos, se os currículos organizados por projetos da escola espanhola pretendiam a sua globalização e ambas não são consideradas teorias capazes de fundamentar uma prática escolar que garanta a apropriação dos conteúdos. Sobretudo se colocadas fora do seu contexto histórico e social, sua adaptação forçada ao atual contexto brasileiro é a negação da escola como agência que deve socializar o conhecimento. Trata-se de mudar algumas coisas para que tudo permaneça da mesma forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se percebeu e se tentou demonstrar é que as referidas tarefas e projetos dificultavam as atividades da escola, pois esses tomam o tempo e são impeditivos de um trabalho que garanta aos alunos a apropriação dos conteúdos escolares e não. Constatou-se que na medida em que a pauperização tanto da população do município como das condições materiais da escola crescem, cresce também a proposição, aceitação e principalmente a profundidade do desenvolvimento de projetos a serem executados pelas e nas escolas, muitos deles inclusive propostos por empresas.

A presença das empresas nas escolas é de imediato um alento, pois significa o tempo dos alunos ocupado, muitas vezes materiais ou prêmios que atendem necessidades imediatas; mas, na verdade, essa presença representa a materialidade do

ideário capitalista nas entranhas da escola. Obviamente, esses projetos são desenvolvidos nas escolas públicas onde os filhos dos trabalhadores estudam, e onde as empresas, intencionalmente ou não, disseminam os seus interesses, que, com certeza, não estão ligados aos da classe trabalhadora. Pelo contrário, os títulos dos diferentes projetos que hoje estão presentes nas escolas estaduais pesquisadas nos dão algumas pistas quanto a seus objetivos. Os projetos de não violência, preservação ambiental, cultura da paz, deixam claras as contradições que nascem no interior do capitalismo, e que a escola tem sido chamada a trabalhar no sentido de atenuá-las.

No entanto, os projetos são também reflexo de um modelo de políticas públicas para educação não mais pautado em um planejamento contínuo. Este tipo de gestão tem sido substituído paulatinamente por ações pontuais como os programas de incentivo à leitura, de dinheiro direto na escola, formação de dirigentes das escolas, entre outros. Além desses programas relacionados à administração, existem aqueles relacionados a temas emergenciais, como a prevenção às drogas, educação sexual, respeito às diferenças. Dessa forma, tanto as políticas públicas para a educação, como as ações diárias das escolas são realizadas na forma de uma lista de tarefas a se cumprir, impossibilitando que nem mesmo os envolvidos possam ter a clareza do que se pretende com a sua realização em longo prazo. Outra consideração importante percebida ao logo dessa pesquisa foi que os professores aceitam e adotam os projetos em seus trabalhos porque tratam os conteúdos na perspectiva do senso comum, o que lhes dá uma sensação de trabalhar com o que se conhece.

Nesse sentido, percebeu-se que a proposição de projetos significa a descentralização do que deveria ser a centralidade da escola: o conteúdo escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O Dicionário da Língua Portuguesa**. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

FILHO, Lourenço. **Introdução ao Estudo da ESCOLA NOVA**. 1ªed. Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 1978.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa.** O neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1ªed.Londrina: Editora Planta,2004.

LEIF,J.**Vocabulário Técnico e Crítico da Pedagogia e das Ciências da Educação.**1ªed.Lisboa:Editorial Notícias,1976.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.**2ªed. São Paulo; Cortez, 2003.

MOURA. Dácio G. **TRABALHANDO COM PROJETOS.**Planejamento e gestão de projetos educacionais. Dácio G. Moura, Eduardo F.Barbosa. 1ªed.Petrópolis, RJ:Vozes, 2006.

NOGUEIRA. Ribeiro Nilbo. **PEDAGOGIA DOS PROJETOS.**Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das Múltiplas Inteligências. 6ªed. São Paulo; Érica, 2005.

SANTOS, Gisele do Rocio Cordeiro Mugnol dos. **A Metodologia de Ensino por Projetos.**1ªed. Curitiba:IBEPEX,2006.